

CONSÓRCIO ALFA DE ADMINISTRAÇÃO S.A.

SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL ABERTO
CNPJ nº 17.193.806/0001-46
ALAMEDA SANTOS Nº 466 - SÃO PAULO - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Temos o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas do Consórcio Alfa de Administração S.A. ("Sociedade"), que incluem suas controladas diretas e indiretas, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, acompanhadas do relatório do auditor independente sobre essas Demonstrações Financeiras e do respectivo parecer do Conselho Fiscal. Os documentos apresentados contêm os dados necessários à análise da performance da Sociedade no exercício. Colocamos-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que venham a ser julgados necessários.

Desempenho das Atividades

Tratando-se de sociedade *holding*, o desempenho da Sociedade reflete, basicamente, o comportamento de suas controladas e coligadas. Estas, atuando em diversos segmentos da economia nacional, tais como: financeiro, processamento de dados, informática, seguros, serviços e outros, apresentaram resultados que proporcionaram à Sociedade uma variação positiva na avaliação de seus investimentos no valor de R\$22.297 mil (2020 R\$ 44.747 mil).

Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2021 foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo Conselho de Normas Internacionais (IASB), sendo também observadas as disposições da Lei das Sociedades por Ações e as normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis até 31 de dezembro de 2021. As Demonstrações Financeiras relativas ao ano de 2021 estão sendo informadas comparativamente com 2020, conforme estas práticas.

Resultado do Exercício

A Sociedade apresentou no exercício de 2021 um lucro líquido de R\$21.441 mil (2020 R\$41.099 mil), correspondendo a uma rentabilidade de 1,74% (2020 3,45%) sobre o Patrimônio Líquido inicial de 2021 no valor R\$1.234.611 mil (2020 R\$1.191.299 mil).

Os resultados obtidos e as disposições legais e estatutárias levaram-nos a propor o pagamento dos seguintes valores aos acionistas por lote de mil ações, relativamente ao 2º semestre de 2021: a título de dividendos, R\$215,91 para titulares de ações preferenciais da classe "A"; R\$518,19 para titulares de ações preferenciais da classe "B"; R\$302,28 para titulares de ações preferenciais da classe "C"; R\$215,91 para titulares de ações preferenciais da classe "D" e R\$259,10 para titulares de ações preferenciais da classe "E", valores estes que somados aos dividendos relativos ao 1º semestre de 2021, totalizaram, R\$0,47 para titulares de ações ordinárias; R\$313,46 para titulares de ações preferenciais da classe "A"; R\$752,31 para titulares de ações preferenciais da classe "B"; R\$438,85 para titulares de ações preferenciais da classe "C"; R\$313,46 para titulares de ações preferenciais da classe "D"; R\$376,16 para titulares de ações preferenciais da classe "E", R\$0,52 para titulares de ações preferenciais da classe "F". Não houve pagamento de dividendos para titulares de ações ordinárias e preferenciais da classe "F" relativo ao 2º semestre de 2021.

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido atingiu o valor de R\$1.249.658 mil em 31 de dezembro de 2021 (2020 R\$1.234.611 mil), com crescimento de 1,22% no ano (2020 3,64%).

Capital Social

Em 31 de março de 2021, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária, na qual foi aprovado o

aumento do capital social, passando de R\$446.282 mil para R\$461.710 mil, mediante aproveitamento de parte das reservas de lucros, sem emissões de novas ações.

Declaração dos Diretores

Conforme Instrução CVM nº 552/2014, a Diretoria declara que, em reunião realizada em 23 de fevereiro de 2022, revisou, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório dos Auditores Independentes e com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Divulgação sobre Serviços da Auditoria Independente

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, informamos que nem a empresa contratada para auditoria das Demonstrações Financeiras da Sociedade, nem pessoas a ela ligadas, presta quaisquer outros serviços à Sociedade que não os de auditoria independente. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente, ou promover o interesse deste.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022.

DIRETORIA

Antonio César Santos Costa (Diretor) | Christophe Yvan François Cadier (Diretor Presidente) | Marco Aurélio Neto Arnes (Diretor)

Este Relatório da Administração, elaborado pela Diretoria, foi examinado e aprovado em reunião do Conselho de Administração de 23 de fevereiro de 2022.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS INDIVIDUAL E CONSOLIDADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas Explicativas	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Receitas de juros		3.739	1.169	151.446	213.688
Despesas de juros		-	(71)	(122.618)	(180.176)
Margem financeira	17	3.739	1.098	28.828	33.512
Receitas de serviços e comissões		-	219	4.339	25.644
Despesas de serviços e comissões		-	-	(11)	(113.857)
Resultado líquido de serviços e comissões	18	-	208	(109.518)	(77.308)
Prêmios de seguros e resseguros ganhos		-	-	-	418.370
Despesas de sinistro retidos		-	-	(337.078)	(216.043)
Resultado com operações de resseguro		-	-	(613)	(3.681)
Resultado de participações em controladas	10	22.297	44.747	63.464	54.922
Perda na alienação de investimento		-	-	-	(1.821)
Outras receitas	19	78	308	5.539	4.465
Resultado bruto	20	26.114	46.361	122.271	212.416
Despesas de pessoal	20	(3.171)	(3.352)	(56.762)	(63.676)
Gastos gerais e administrativos	21	(991)	(1.910)	(39.699)	(46.214)
Outras despesas operacionais	22	(511)	-	(20.995)	(22.569)
Lucro antes dos impostos	21.441	41.099	4.815	79.957	116.562
Impostos sobre a renda corrente e diferidos	23	-	-	(18.333)	(16.143)
Lucro líquido do exercício	21.441	41.099	23.648	63.814	100.419
Atribuído a sócios da empresa controladora		-	-	21.441	41.099
Atribuído a sócios não controladores		-	-	2.207	22.715
LUCRO POR AÇÃO				31.12.2021	31.12.2020
Lucro básico e diluído por lote de 1.000 ações (em Reais - R\$)					
Ações ordinárias				278,56	533,95
Ações preferenciais				306,41	587,35
Lucro líquido atribuído (em Reais mil - R\$)					
Ações ordinárias				11.252	21.569
Ações preferenciais				10.189	19.530
Média ponderada das ações emitidas - básica e diluída (em Reais mil - R\$)					
Ações ordinárias				40.395	40.395
Ações preferenciais				33.251	33.251

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES INDIVIDUAL E CONSOLIDADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas Explicativas	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Lucro líquido do exercício		21.441	41.099	23.648	63.814
Atribuído a sócios da empresa controladora		-	-	21.441	41.099
Atribuído a sócios não controladores		-	-	2.207	22.715
Outros resultados abrangentes do exercício					
Ativos financeiros disponíveis para venda	10	(5.635)	(4.594)	(6.449)	712
Variação cambial de investidas localizadas no exterior		3.952	11.820	-	-
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos		(1.683)	7.226	(6.449)	712
Total dos resultados abrangentes do exercício		19.758	48.325	17.199	64.526

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO INDIVIDUAL E CONSOLIDADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas Explicativas	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
1. RECEITAS		3.817	1.696	668.257	619.414
Receitas de juros		3.739	1.169	151.446	213.688
Receitas de serviços e comissões		-	219	4.339	25.644
Receitas com operações de seguros e previdência		-	-	506.934	375.616
Outras receitas operacionais		78	308	5.538	4.466
2. DESPESAS		511	71	516.590	376.199
Despesas de juros		-	71	(122.618)	(180.177)
Variação nas provisões técnicas de seguros		-	-	(35.284)	(42.755)
Despesas de sinistro retidos		-	-	(337.078)	(216.043)
Resultado com operações de resseguro		-	-	613	3.681
Outras despesas operacionais		511	-	(20.997)	(19.053)
3. MATERIAIS E SERVIÇOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		743	1.816	135.715	132.266
Materiais, energia e outros (materiais de consumo, telefone e água)		-	-	8.872	10.255
Serviços de comissões		-	-	113.857	101.227
Serviços de terceiros		743	1.816	11.479	15.188
Outras		-	-	1.507	5.596
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)		2.563	(191)	15.952	110.949
5. DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		-	-	(1.529)	1.355
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)		2.563	(191)	14.423	109.594
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		22.297	44.747	63.464	53.101
Resultado de participação em controladas		22.297	44.747	63.464	54.922
Perda na alienação de investimento		-	-	-	(1.821)
Outros (resultado não operacional)		-	-	22	-
8. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (6-7)		24.860	44.556	77.909	162.695
9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		24.860	44.556	77.909	162.695
Despesas de Pessoal		2.792	2.945	55.643	62.452
Remuneração direta		2.660	2.775	38.178	43.240
Benefícios		71	95	6.802	8.380
F.G.T.S.		61	75	10.663	10.832
Impostos, taxas e contribuições		618	507	(4.665)	32.689
Federais		618	496	(5.151)	31.458
Estaduais		-	-	175	164
Municipais		-	11	311	1.067
Remuneração de capitais de terceiros		9	5	3.189	3.211
Aluguéis		9	5	3.189	3.211
Outros ativos		-	-	94	62
Outras (Doações Filantrópicas)		21.441	41.099	23.648	63.814
Remuneração de Capitais Próprios		5.120	4.919	5.120	4.919
Dividendos		5.120	4.919	5.120	4.919
Lucros retidos do exercício		16.321	36.180	16.321	36.180
Participação dos não controladores nos lucros retidos		-	-	2.207	22.715

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO INDIVIDUAL E CONSOLIDADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

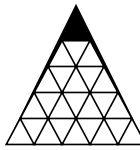
	Notas Explicativas	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
ATIVIDADES OPERACIONAIS					
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		21.441	41.099	23.648	63.814
AJUSTES AO LUCRO LÍQUIDO		(22.296)	(44.818)	(64.213)	(51.193)
- Depreciações e amortizações		1	-	1.529	1.362
- Redução da avaliação de investimento pelo método de equivalência patrimonial		(22.297)	(44.747)	(63.464)	(54.922)
- Provisão para perdas por ajuste a valor de recuperação de ativos financeiros		-	-	(12)	3.559
- Atualização de depósito judicial e impostos a compensar		-	-	(478)	763
- Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos		-	(71)	(1.788)	(1.955)
- Créditos de operações com seguros e resseguros		-	-	(51.063)	(13.359)
- Despesas de comercialização de seguros, resseguros e retrocessões diferidas		-	-	(23.056)	(12.796)
- Operações de crédito e adiantamento a instituições financeiras e clientes		-	-	-	194.345
- Ativos tributários diferidos		-	-	(25.504)	(3.896)
- Outros ativos		543	933	(4.892)	18.635
AUMENTO/(REDUÇÃO) NOS PASSIVOS OPERACIONAIS		(149)	(1.551)	78.495	(339.176)
Passivos com instituições financeiras		-	-	-	(48.103)
Passivos com clientes		-	-	-	(47.125)
Débitos de operações com seguros e resseguros		-	-	14.518	2.724
Provisões técnicas de seguros e resseguros		-	-	73.346	(209.634)
Obrigações e contingências		-	(126)	2.806	(2.864)
Obrigações fiscais		60	-	4.251	(8.650)
Outros passivos		(209)	(1.425)	(16.426)	(25.254)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE (APLICADO) ATIVIDADES OPERACIONAIS		(461)	(4.337)	(66.585)	(143.626)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aquisição de bens e investimentos		-	-	-	(112.308)
Alienação de bens e investimentos		-	-	-	90.966
Ativos tangíveis/intangíveis		-	-	-	(366)
Redução de capital de investida		58.746	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos		296	84	296	4.731
Títulos para investimentos		-	-	57.892	140.181
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		59.042	33.703	57.070	123.204
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos		-	-	386	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(4.540)	(2.939)	(4.540)	(2.939)
Participação dos acionistas não controladores		-	-	(51.033)	(11.637)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(4.540)	(2.553)	(55.573)	(13.619)
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		54.041	26.813	(65.088)	(34.619)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		69.404	42.591	190.707	230.326
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		123.445	69.404	130.619	195.707
Aumento/(redução) de caixa e equivalentes de caixa		54.041	26.813	(65.088)	(34.619)

seu valor justo, de forma linear ao longo do prazo do contrato da garantia financeira. O passivo de garantia financeira é subsequentemente contabilizado pelo maior valor entre o valor amortizado e a

BALANÇO PATRIMONIAL INDIVIDUAL E CONSOLIDADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas Explicativas	INDIVIDUAL		CONSOLIDADO	
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
ATIVOS					
Ativo Circulante		125.971	72.125	1.801.881	



CONSÓRCIO ALFA DE ADMINISTRAÇÃO S.A.

SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL ABERTO
CNPJ Nº 17.193.806/0001-46
ALAMEDA SANTOS Nº 466 - SÃO PAULO - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS) (Em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

melhor estimativa de valor a ser desembolsada para liquidação da obrigação decorrente da garantia prestada. A Administração avalia em bases contínuas a necessidade de constituição de provisão para garantias financeiras, a qual, quando considerada necessária, é contabilizada em "Outros passivos".

g) Contratos de seguros (consolidado): De acordo com as determinações contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 11 - Contratos de Seguros e Carta Circular SUSEP/DECON/GAB nº 007/2008, que define as características de um Contrato de Seguro, a Administração procedeu à avaliação dos negócios e caracterizou suas operações como "Contratos de Seguros". Os contratos foram classificados como contratos de seguro em função de existir aceitação de um risco significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico. Os prêmios de seguros são registrados quando da emissão das apólices ou faturas e reconhecidas no resultado segundo o transcorrer da vigência do período de cobertura do risco, através da constituição das provisões de prêmios não ganhos e do diferimento das despesas de comercialização. Uma provisão para perda no valor recuperável relativa aos prêmios a receber é reconhecida com base em estudo técnico do comportamento histórico de inadimplência observado na carteira. Os contratos de resseguros são classificados como "Contrato de Seguros", pois pressupõem a transferência de um risco de seguro significativo, sendo reconhecidos nos mesmos critérios das operações de seguros. A cessão de resseguros é efetuada no curso normal das atividades com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações, uma vez que a existência do contrato não exime a Seguradora de suas obrigações para com os segurados. Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores a curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização (ou recebimento) junto aos resseguradores. Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os saldos associados com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e conforme os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios devidos por contratos de resseguro. As operações de seguros do ramo DPVAT são contabilizadas com base nas informações recebidas da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. h) **Operações em moeda estrangeira (consolidado):** As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Reais à taxa de câmbio de compra, divulgada por meio da cotação no mercado, da data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em "resultado de variações cambiais". i) **Créditos de operações de seguros e resseguros (consolidado):** Compreendem os montantes de prêmios a receber relativos à comercialização de apólices de seguros e sinistros a recuperar com ressegurador, ambos contabilizados conforme a emissão das apólices e registrados no resultado de acordo com a vigência das apólices e contratos. j) **Ajuste ao valor de recuperação de operações de crédito e adiantamentos (consolidado):** As perdas de crédito esperadas são uma estimativa ponderada por probabilidade das perdas de crédito. São mensuradas nas seguintes bases: a) Perdas de crédito esperada para 12 meses; estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço; e b) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. O Conglomerado mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data de apresentação; e • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. **Ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável:** Em cada data de apuração de seus balanços patrimoniais, o Conglomerado avalia se os ativos financeiros registrados ao custo amortizado e os ativos financeiros da dívida registrados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Essa avaliação inclui informações e análises quantitativas e qualitativas com base na experiência histórica do Conglomerado na avaliação de crédito e considerando informações *forward-looking*. Um ativo financeiro está "sujeito à redução ao valor recuperável" quando um ou mais eventos que exercem um impacto negativo sobre os fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro tenham ocorrido. Nesta análise o Conglomerado considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. As evidências de que um ativo financeiro está sujeito à redução ao valor recuperável incluem os seguintes dados observáveis: • Dificuldade financeira significativa do devedor ou emissor; • Atrasos de suas obrigações contratuais; • Quebra de contrato, como inadimplência ou atraso; • A reestruturação de um empréstimo ou adiantamento pelo Conglomerado em condições que o Conglomerado não consideraria; • A probabilidade de que o devedor entre em falência ou outra reorganização financeira; ou • O desaparecimento de um mercado ativo para um título devido a dificuldades financeiras. k) **Ativos recebidos em dação por recuperação de créditos (consolidado):** Os ativos recebidos em dação em pagamento por recuperação de créditos são inicialmente classificados na rubrica de "ativos não correntes detidos para venda" e são registrados, no seu reconhecimento inicial, pelo menor entre seu valor justo, deduzidos custos esperados na venda, e o valor de balanço do crédito ou adiantamento concedido objeto da recuperação. Subsequentemente estes ativos são registrados pelo menor valor entre o valor de seu reconhecimento inicial e o seu valor justo atual deduzidos dos custos esperados na venda. As coligadas da Sociedade obtêm avaliações regulares, efetuadas por peritos, destes ativos recebidos em dação em pagamento. l) **Investimento em controladas e coligadas (individual e consolidado):** Participações em entidades sob seu controle comum, controladas e coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas. Para consolidação, são adotados os critérios descritos na nota explicativa nº 2 d. m) **Ativos tangíveis e intangíveis (individual e consolidado):** O imobilizado é demonstrado ao custo, excluindo os gastos com manutenção, deduzidas a depreciação acumulada e, se necessário, ajuste ao seu valor de recuperação. A depreciação é calculada usando o método linear para baixar o custo do imobilizado ao seu valor residual ao longo de sua vida útil estimada. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas de imobilizados são as seguintes: Edificações 25 anos, veículos e equipamentos de processamento de dados 5 anos e demais itens 10 anos. O imobilizado é baseado na aquisição ou quantificação quando benefícios futuros não são mais esperados do seu uso. Qualquer ganho ou perda gerada na alienação do ativo (calculado como a diferença entre a renda líquida da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido em "outras receitas operacionais" na demonstração do resultado do ano em que o ativo foi alienado. Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável acumulado. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido quando aplicável das perdas por redução ao valor recuperável. Estes compreendem licenças de uso de sistemas computadorizados (*softwares*), incluindo os correspondentes gastos com implementação e ágios nas aquisições de participações societárias em coligadas. n) **Impostos sobre lucros (individual e consolidado):** Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos no resultado, exceto quando estão relacionados com avaliação a valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda, quando são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido. Os impostos reconhecidos no patrimônio líquido decorrentes de avaliação de instrumentos financeiros disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultado, no momento em que forem reconhecidos em resultado os ganhos e perdas relativos a tais instrumentos. Os impostos correntes são os que se exigem ao longo de um período estabelecido na legislação e com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando as alíquotas de impostos em vigor. Os impostos diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis dos ativos e passivos e sua base fiscal, utilizando-se as alíquotas de impostos na forma e período estabelecido na legislação e em vigor na data do balanço. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os impostos diferidos ativos foram reconhecidos considerando a expectativa, baseada em estudo documentado, de que lucros tributáveis futuros serão capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis. o) **Provisões (individual e consolidado):** As provisões, que incluem demandas legais contra a Sociedade e suas controladas e coligadas, bem como garantias financeiras prestadas, tendo como origem fatos passados, são constituídas sempre que uma saída de recursos para sua liquidação seja avaliada como provável pelas controladas e coligadas, e possa ser exigível legalmente, e o seu valor possa ser estimado em bases confiáveis. As obrigações contingentes incluem demandas legais contra a Sociedade e suas controladas e coligadas, e garantias financeiras prestadas pelas controladas decorrentes de fatos passados, mas cuja existência somente possa ser confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros que não estejam sob o controle da Sociedade e suas controladas. Estas são as exigências de notas explicativas sempre que há uma saída de recursos para sua liquidação seja avaliada como provável, com o entendimento de que os valores não possam ser estimados em bases confiáveis. p) **Provisões Técnicas (Consolidado):** As provisões técnicas são constituídas de acordo com a Circular SUSEP nº 517/2015 e Resolução CNSP nº 343/2016 e alterações posteriores. A provisão de prêmios não ganhos (PNG) representa as parcelas dos prêmios que serão apropriados ao resultado no decorrer dos prazos de vigência dos seguros, pelo método "pró-rata" tomando-se por base as datas de início e fim de vigência dos riscos segurados e abrangentes de riscos assumidos e emitidos quanto os riscos vigentes e não emitidos. A provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a pagamentos únicos e rendas vencidas, de sinistros avisados até a data-base de cálculo, incluindo as operações de cosseguro aceito. Inclui também estimativa para atualizações monetária e juros oriundos de sinistros em discussão judicial. A provisão de despesas realizadas (PDR) é constituída para a cobertura das despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios. A provisão matemática de benefício a conceder (PMBaC), abrange os compromissos assumidos pela Seguradora com os participantes ou segurados do respectivo plano, enquanto não ocorrido o evento gerador do benefício, no caso, a sobrevivência. Basicamente, consiste no saldo do participante ou segurado no FIE na data-base de contabilização. A provisão matemática de benefício concedido (PMBC), constituída pela Seguradora, a partir da ocorrência do evento gerador, destinada a garantir o pagamento aos beneficiários das rendas contadas. A provisão para sinistros ocorridos, mas não avisados (IBNR), relativa aos planos de riscos da Previdência Complementar (pécúlio), é estimada utilizando os percentuais estabelecidos pela Circular SUSEP nº 517/2015. Provisão de IBNR deverá ser constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo. Pécúlio - repartição simples: 4% sobre o valor das contribuições. q) **Margem financeira (consolidado):** Nas controladas e coligadas, as receitas e despesas de juros são contabilizadas em rubricas contábeis de receita de juros e despesas de juros, na margem financeira, para todos os instrumentos financeiros utilizando o método da taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os pagamentos e recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro com base nos contratos, para o valor corrente atual de balanço dos ativos e passivos financeiros. A taxa efetiva de juros é estabelecida no reconhecimento inicial dos ativos e passivos financeiros e é revista subsequentemente em casos de renegociação de operações de crédito e adiantamentos que impliquem em mudança no seu fluxo estimado de pagamentos. Para o cálculo da taxa efetiva de juros são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais dos instrumentos financeiros, não considerando, no entanto, perdas de crédito futuras. O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todos os encargos incrementais diretamente atribuíveis às operações, que incluem equalizações de taxas, ágios e deságios, e custos da transação que puderam ser atribuídos diretamente. No que se refere aos instrumentos financeiros mantidos para negociação, inclusive instrumentos derivativos que não os mantidos para gerenciamento de riscos, o componente de juros inerente à variação no valor justo não é separado e é classificado na rubrica de resultado de instrumentos financeiros mantidos para negociação. As receitas de juros de operações de crédito e adiantamentos vencidas são reconhecidas até o 59º (quingüésimo) ano da após o vencimento, quando deixam de ser reconhecidas pela fluência do prazo e passam a ser reconhecidas por ocasião do seu recebimento. r) **Resultado líquido de serviços e comissões (individual e consolidado):** As receitas e as despesas de taxas e comissões que são incrementais e diretamente atribuíveis às operações de crédito integram a taxa efetiva de juros das operações e são apropriadas ao resultado nas rubricas de receitas ou despesas de juros, na margem financeira, ao longo do prazo das operações. As demais receitas de taxas e comissões, que incluem comissões, taxas de Administração de fundos de investimentos e outras, são reconhecidas à medida que os serviços relacionados são prestados. s) **Resultado de instrumentos financeiros mantidos para negociação (consolidado):** O resultado de instrumentos financeiros mantidos para negociação inclui todos os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos e passivos financeiros mantidos para negociação e os ganhos e perdas na venda destes ativos e passivos financeiros. t) **Resultado por ação (individual e consolidado):** O resultado por ação básico é calculado dividindo o resultado líquido atribuível aos acionistas da Sociedade pelo número médio ponderado de ações em circulação. Para o cálculo dos resultados por ação diluídos, o número médio ponderado de ações em circulação é ajustado de forma a refletir o efeito de todas as opções de aquisição de ações diluídas, se existentes, como as resultantes de dívida conversível e de opções sobre ações próprias concedidas aos trabalhadores. u) **Segmentos operacionais (consolidado):** Os segmentos operacionais reportados são definidos em uma abordagem gerencial das controladas da Sociedade, ou seja, são aqueles regularmente revisados pela sua Administração para avaliação de performance e alocação de recursos. v) **Demonstração do valor adicionado - DVA (individual e consolidado):** Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada pela Sociedade, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Demonstrações Financeiras individuais e como informação suplementar às Demonstrações Financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Demonstrações Financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas, pelos insumos adquiridos de terceiros (custo e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

Segmentos	Seguros e Previdência	Serviços	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	2.694	611	3.305
Créditos de operações com seguros e resseguros	200.111	-	200.111
Despesas de comercialização de seguros diferidas	93.666	-	93.666
Despesas de resseguro e retrocessões diferidas	30.390	-	30.390
Títulos para investimento	1.042.912	407.136	1.450.048
Tributos diferidos	37.680	-	37.680
Impostos a recuperar	-	3.838	3.838
Outros ativos	78.974	37.256	116.230
Investimentos em coligadas e controladas	-	1.138.211	1.138.211
Ativos tangíveis	1.684	361	2.045
Ativos intangíveis	1.109	1	1.110
Total dos ativos	1.489.220	1.587.414	3.076.634
Passivos			
Obrigações fiscais	15.863	5.245	21.108
Provisões para riscos fiscais, previdenciários, cíveis e trabalhistas	36.235	14.797	51.032
Débitos de operações com seguros e resseguros	50.123	-	50.123
Provisões técnicas de seguros e resseguros	1.161.003	-	1.161.003
Outros passivos	15.637	7.826	23.463
Total dos passivos	1.278.861	27.868	1.306.729
Patrimônio Líquido	210.359	1.559.546	1.769.905
Total dos passivos e patrimônio líquido	1.489.220	1.587.414	3.076.634

Segmentos	Seguros e Previdência	Serviços	Total
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	4.218	1.656	5.874
Créditos de operações com seguros e resseguros	148.570	-	148.570
Despesas de comercialização de seguros diferidas	79.531	-	79.531
Despesas de resseguro e retrocessões diferidas	21.469	-	21.469
Títulos para investimento	1.116.295	454.164	1.570.459
Tributos diferidos	13.241	-	13.241
Impostos a recuperar	-	2.773	2.773
Outros ativos	58.878	37.157	96.035
Investimentos em coligadas e controladas	-	1.095.007	1.095.007
Ativos tangíveis	1.759	376	2.135
Ativos intangíveis	1.422	9	1.431
Total dos ativos	1.445.383	1.591.142	3.036.525
Passivos			
Obrigações fiscais	13.855	3.002	16.857
Provisões para riscos fiscais, previdenciários, cíveis e trabalhistas	32.176	16.062	48.238
Débitos de operações com seguros e resseguros	35.605	-	35.605
Provisões técnicas de seguros e resseguros	1.087.657	-	1.087.657
Outros passivos	31.876	7.842	39.718
Total dos passivos	1.201.169	26.906	1.228.075
Patrimônio Líquido	244.214	1.564.236	1.808.450
Total dos passivos e patrimônio líquido	1.445.383	1.591.142	3.036.525

Descrição
Em 31 de Dezembro de 2021
Ativos Financeiros
Caixa e disponibilidades em bancos
Títulos para investimento
Total de ativos financeiros
Em 31 de Dezembro de 2020
Ativos Financeiros
Caixa e disponibilidades em bancos
Títulos para Investimentos
Total de ativos financeiros

No individual, em 31.12.2021, os títulos para investimento estão mensurados ao valor justo por meio do resultado. b) **Critério de valorização de instrumentos financeiros (Consolidado):** A tabela a seguir apresenta a distribuição dos ativos e passivos financeiros segundo a técnica utilizada para sua mensuração, conforme definido no IFRS 9/CPC 48 e descrito na nota explicativa "3.b" desta Demonstração Financeira.

Descrição	Nível I		Nível II		Total
	Amortizado	Preços de mercado cotados em mercados ativos	Técnicas de valorização baseadas em dados observáveis	em dados observáveis	
Em 31 de Dezembro de 2021					
Ativos Financeiros					
Caixa e disponibilidades em bancos	3.305	-	-	-	3.305
Títulos de investimentos	113.904	781.310	554.834	1.450.048	1.940.096
Total de ativos financeiros	117.209	781.310	554.834	1.453.353	1.950.242
Em 31 de Dezembro de 2020					
Ativos Financeiros					
Caixa e disponibilidades em bancos	5.874	-	-	-	5.874
Títulos para Investimentos	106.484	852.626	611.349	1.570.459	2.049.908
Total de ativos financeiros	112.358	852.626	611.349	1.576.333	2.052,025

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não houve mudanças na forma de mensuração de ativos ou passivos financeiros que implicassem em reclassificações de ativos e passivos financeiros entre os diferentes níveis de hierarquia de valor justo. c) **Distribuição dos ativos e passivos financeiros por faixa de vencimento (Consolidado):**

Descrição	Até 3 meses a partir de				Acima de 3 anos	Total
	1 ano	3 anos	3 anos	3 anos		
Em 31 de Dezembro de 2021						
Ativos Financeiros						
Caixa e disponibilidades em bancos	3.305	-	-	-	-	3.305
Títulos de investimentos	248.330	202.400	564.004	435.314	1.450.048	2.290,096
Total de ativos financeiros	251.635	202.400	564.004	435.314	1.453.353	2.293,353
Em 31 de Dezembro de 2020						
Ativos Financeiros						
Caixa e disponibilidades em bancos	5.874	-	-	-	-	5.874
Títulos para investimentos	302.037	91.545	723.005	453.872	1.570.459	2,049,908
Total de ativos financeiros	307.911	91.545	723.005	453.872	1.576.333	2,052,025

(a) Inclui caixa e disponibilidades em bancos e depósitos à vista sem data de vencimento.

Descrição	Individual		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Depósito bancário de livre movimentação em moeda nacional	320	668	3.305	5.874

Descrição	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Prêmios a receber	197.062	150.601
Operações com seguradoras	581	504
Operações com resseguradoras	9.029	4.528
(-) Provisão para riscos de créditos	(6.561)	(7.063)
Total - circulante	200.111	148.570

Descrição	Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020
Provisão de prêmios não ganhos - resseguro cedido	14.613	8.413
Provisão de riscos vigentes mas não emitidos - resseguro cedido Sinistros - Resseguro	441	263
Total	15.336	12.793
Total	30.390	21.469
Circulante	29.047	20.015
Não Circulante	1.343	1.454
Total	30.390	21.469

Descrição	Individual		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Títulos e Valores Mobiliários - Livres	-	-	-	-
Títulos de dívida pública	-	-	7.792	56.185
- Letras Financeiras do Tesouro	-	-	7.502	51.777
- Letras do Tesouro Nacional	-	-	290	1.840
- Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	2.568
Ações de companhias abertas	-	-	-	5.197
Débentures	-	-	1.523	10.854
Aplicações em moeda estrangeira	-	-	113.501	141.794
Letras de Arrendamento Mercantil	-	-	43.422	43.422
Cotas de fundos de investimento	-	-	-	3.150
Certificado de Depósito Bancário	62.287	48.278	127.314	146.411
Letras Financeiras	60.838	20.458	166.321	123.527
Outros	-	-	63	57
Subtotal	123.125	68.736	416.514	530.597
Títulos e Valores Mobiliários - Vinculados	-	-	-	-
Títulos de dívida pública	-	-	623.799	621.479
- Letras Financeiras do Tesouro	-	-	451.330	460.276
- Letras do Tesouro Nacional	-	-	48.454	22.800
- Notas do Tesouro Nacional	-	-	124.015	138.403
Ações de companhias abertas	-	-	154.995	144.501
Cotas de fundos de investimento	-	-	43.468	51.183
Débentures	-	-	166.995	142.882
Letras Financeiras	-	-	43.871	78.979
Outros	-	-	406	838
Subtotal	-	-	1.033.534	1.039.862
Total	123.125	68.736	1.450.048	1.570.459
Circulante	123.125	68.736	1.444.778	1.565.350
Não Circulante	-	-	5.270	5.109
Total	123.125	68.736	1.45	

CONSÓRCIO ALFA DE ADMINISTRAÇÃO S.A.

SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL ABERTO
CNPJ/MF Nº 17.193.806/0001-46
ALAMEDA SANTOS Nº 466 - SÃO PAULO - SP

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS) (Em milhares de reais - exceto quando indicado de outra forma)

ranter que os procedimentos sejam adotados de forma consistente pela Seguradora. ii) análise de sua experiência histórica no momento de precificação dos produtos. A Alfa Seguradora define risco de seguro como sendo o risco transferido por qualquer contrato onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro/benefício ocorra e haja incerteza sobre o valor de indenização resultando do evento do sinistro/benefício. A Alfa Seguradora entende que o principal risco transferido para uma Seguradora é o risco de sinistros avisados e pagamento de benefícios que excedam o valor contábil dos passivos de seguros. Isso ocorre quando, na prática a frequência e severidade de sinistros/benefícios são maiores do que previamente estimado, segundo metodologia de cálculo dos passivos de seguros. A área de controles internos realiza semestralmente avaliação dos controles existentes em cada departamento para garantir que todos estejam em conformidade com a natureza e extensão dos riscos. A Alfa Seguradora utiliza estratégias de diversificação de riscos e programas de resseguros garantindo que as retenções dos riscos não acarretem exposição de perda significativa. Os contratos de resseguros são efetuados considerando o limite técnico de retenção fixado pela SUSEP e são realizados com resseguradores que possuem rating de crédito de alta qualidade. **Teste de Sensibilidade:** A Seguradora efetua o teste de sensibilidade com o objetivo de demonstrar o impacto de uma mudança atípica na variável sinistralidade das operações de seguros, pois esta é representativa dos efeitos da ocorrência de sinistros e sua severidade. O impacto da sinistralidade de foi testado através de duas simulações de aumento, a primeira com aumento de 5% e a segunda com aumento de 10%, sensibilizando o resultado e o patrimônio líquido conforme demonstrado na tabela abaixo.

	31.12.2021		31.12.2020	
	Resultado Operacional Antes dos Impostos (R\$ mil)	Impacto no Patrimônio Líquido** (R\$ mil)	Efeito no Resultado Operacional Antes dos Impostos (R\$ mil)	Efeito no Patrimônio Líquido** (R\$ mil)
Sinistralidade + 5%	(10.875)	(11.558)	(10.875)	(11.558)
Líquido de Resseguro	(10.875)	(11.558)	(10.875)	(11.558)
Bruto de Resseguro*	(11.558)	(12.241)	(11.558)	(12.241)

(*) Para calcular os valores brutos, retiramos o resseguro tanto do prêmio quanto do sinistro.
(**) O impacto no Patrimônio Líquido considera o efeito no final do período.
As operações de previdência (PGBL/VGBL) também são avaliadas quanto a aumento na longevidade, persistência e índice de conversibilidade em rendas. O resultado da análise não impactou o resultado e patrimônio líquido. **Análise de Concentração de Risco:** As tabelas abaixo representam as exposições máximas ao risco nas regiões onde as empresas Alfa Seguradora e Alfa Previdência e Vida operam. Os valores estão detalhados por região geográfica e ramo de negócio para dezembro de 2021. As exposições foram divididas em quatro categorias: Auto, Compreensivo, Pessoas e Demais Ramos de Danos. Foram considerados os valores das importâncias seguradas expostas das apólices com risco a decorrer em 31 de dezembro de 2021. Para mitigar o risco que a Seguradora e a Previdência e Vida estão expostas, foram firmados contratos de resseguro para todas as categorias de produtos.

Ramo	Concentração de risco em 31.12.2021					Total
	Norte	Nordeste	Centro Oeste	Sudeste	Sul	
Auto	448.878	2.835.748	8.506.731	22.582.231	7.691.877	42.065.463
Compreensivo	148.530	892.124	5.940.471	13.643.454	9.301.752	29.926.331
Pessoas	79	1.098	6.130	2.781.341	29.593	2.818.241
Demais Ramos	5.868	40.948	376.836	1.499.569	2.175.497	4.098.718
Total	603.355	3.769.916	14.830.168	40.506.595	19.198.719	78.908.753

Ramo	Concentração de risco em 31.12.2020					Total
	Norte	Nordeste	Centro Oeste	Sudeste	Sul	
Auto	178.748	2.751.905	7.098.884	19.064.839	7.550.283	36.644.659
Compreensivo	105.821	406.025	4.307.882	10.531.768	6.741.622	22.093.118
Pessoas	165	2.392	8.823	3.664.502	69.912	3.745.794
Demais Ramos	3.554	21.885	206.534	1.241.836	2.594.078	4.067.587
Total	288.288	3.181.907	11.622.123	34.502.945	16.955.895	66.551.156

b) Risco de Capital: O principal objetivo da Seguradora na gestão deste risco é manter o montante de capital, a qualquer tempo, suficientes para atender aos requerimentos regulatórios determinados pelo CNSP e SUSEP, a fim de garantir os riscos assumidos inerentes à operação, ou seja, garantir a solvência. **c) Risco de Crédito:** O risco de crédito considera a incerteza relacionada a probabilidade da contraparte de uma operação, ou o emissor de uma dívida, não honrar total ou parcialmente, seus compromissos financeiros. **d) Risco de Liquidez:** As transações oriundas da atividade de seguros têm, na sua maior parte, vigência de 12 meses, e tendo em vista esta situação, a Alfa Seguradora tem por política garantir maior liquidez aos ativos financeiros através da aplicação em títulos públicos federais, pelo fato de que essas aplicações possuem um mercado ativo com grande liquidez. A área financeira acompanha periodicamente o casamento entre os ativos e passivos. **e) Risco de Mercado:** O risco de mercado é o grau de probabilidade de ocorrências de perda proveniente de variação nos preços/valores de qualquer ativo/instrumento financeiro num determinado grau de confiança e horizonte de tempo. A avaliação de risco de mercado consiste na observação diária de parâmetros de volatilidade, para que esta possa refletir a assertividade esperada em cada operação é verificada quanto as suas características e forma de apreçamento, sendo utilizadas fontes de precificação. **f) Risco Operacional:** A Alfa Seguradora define risco operacional como o risco de perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios. A Alfa Seguradora possui agentes de controles internos (Gerentes dos Departamentos) alocados nas gerências operacionais, sendo de responsabilidade da Gerência de Controles Internos formalizar as matrizes de risco e controles. A instrução dos trabalhos a serem executados pelos agentes é de responsabilidade da Gerência de Controles Internos. A metodologia para acompanhamento e formalização das matrizes de risco é o CSA (Control Self Assessment) - ciclo de auto-avaliação. O ciclo de auto-avaliação é realizado semestralmente, sendo formalizado pela Gerência de Controles Internos um cronograma de trabalho o qual é aprovado pela Diretoria.

NOTA 27 - ÍNDICE DE CAPITAL
O Banco Central do Brasil, através das Resoluções nº 4.192/13 e 4.278/13, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência considerando as instituições integrantes do Conglomerado Prudencial para o cálculo do Índice de Capital. Adicionalmente através da Resolução nº 4.193/13, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para os Ativos Ponderados pelo Risco (RWA), ambas com efeito a partir de outubro de 2013. O Índice de Capital para 31 de dezembro de 2021 apurado nos termos das referidas Resoluções é de 14,53% (31/12/2020 15,44%), demonstrando a boa capacidade de solvência das instituições financeiras integrantes do Conglomerado Prudencial, quando comparados aos requisitos mínimos do Patrimônio de Referência e Adicional de Capital Principal de 10%.

NOTA 28 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
Sempre em concordância com os dispositivos legais vigentes e com as normas expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, por meio do CPC 05 (R1), são efetuadas operações com empresas controladas e ligadas a taxas e valores médios usuais de mercado.

	31.12.2021		31.12.2020	
Partes Relacionadas	Consórcio Alfa de Administração S.A.	Corumbal Participações e Administração Ltda.	Alfa Previdência e Vida S.A.	Metro Tecnologia e Serviços Ltda.
Ativo Circulante/Não Circulante	1	6	118	29
Caixa e equivalentes de caixa	123.125	152.166	-	18.345
Títulos para investimentos	372	5.711	45	200
Outros ativos	123.498	157.883	163	229
Totais	123.498	157.883	163	229
Passivo Circulante/Não Circulante	-	-	200	45
Outros passivos	-	-	200	45
Totais	-	-	200	45

	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA		CONTADORA	
	CHRISTOPHE YVAN FRANÇOIS CADIER - Presidente LUIZ ALVES PAES DE BARROS ADILSON HERRERO		CHRISTOPHE YVAN FRANÇOIS CADIER - (Diretor Presidente) ANTONIO CÉSAR SANTOS COSTA - (Diretor) MARCO AURÉLIO NETO ARNES - (Diretor)		ELIANE CAROLINA QUAGLIO ARJONAS Contadora - CRC - 1SP 232846/O-2	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores do
Consórcio Alfa de Administração S.A.
São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Consórcio Alfa de Administração S.A. ("Sociedade"), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Consórcio Alfa de Administração S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards (IFRS)* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Sociedade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria
Os principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre estes assuntos.

Investimentos em controladas e coligadas (Nota Explicativa nº 10)
Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards (IFRS)* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. Nesse contexto, algumas das controladas e coligadas foram consideradas componentes significativos durante nossos trabalhos e as referidas são auditadas por outro auditor independente. Devido à relevância dos valores envolvidos e sua representatividade sobre as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas da Sociedade consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria, tendo em vista também os diversos procedimentos de auditoria que estamos sujeitos a executar, além de supervisionar o nível de qualidade e competência do auditor componente, conforme previsto e requerido na norma de auditoria de grupos.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:
• A comunicação com o auditor componente das controladas e coligadas significativas com o objetivo de discutir os riscos de auditoria identificados, o enfoque, alcance e a época de realização dos trabalhos;
• Aplicamos os conceitos previstos e de acordo com a NBC TA 600 (R1)/ISA 600 - Considerações especiais - Auditorias de demonstrações financeiras de grupo, entre outros procedimentos executados, emitimos instruções de auditoria com a solicitação de análises e declarações requeridas, bem como revisamos os papéis de trabalho dos componentes e discutimos os procedimentos de auditoria executados e os resultados alcançados, de forma a concluir se os mesmos haviam sido adequadamente planejados de forma a endereçar os riscos de distorção relevante e/ou necessitavam de procedimentos

	31.12.2020		31.12.2021	
Partes Relacionadas	Consórcio Alfa de Administração S.A.	Corumbal Participações e Administração Ltda.	Alfa Previdência e Vida S.A.	Metro Tecnologia e Serviços Ltda.
Ativo Circulante/Não Circulante	5	2	323	61
Caixa e equivalentes de caixa	68.736	143.734	-	96.750
Títulos para investimentos	69	8.157	53	200
Outros ativos	68.810	151.893	376	261
Totais	68.810	151.893	376	261
Passivo Circulante/Não Circulante	-	-	1.981	1.092
Outros passivos	-	-	1.981	1.092
Totais	-	-	1.981	1.092

	31.12.2020		31.12.2021	
Partes Relacionadas	Consórcio Alfa de Administração S.A.	Corumbal Participações e Administração Ltda.	Alfa Previdência e Vida S.A.	Metro Tecnologia e Serviços Ltda.
Receitas	3.739	7.383	-	-
Receitas de juros	665	12.604	2.433	574
Outras receitas operacionais	4.404	19.987	2.433	574
Totais	4.404	19.987	2.433	574
Despesas	-	-	(574)	(2.433)
Outras despesas operacionais	-	-	(574)	(2.433)
Totais	-	-	(574)	(2.433)

	31.12.2020		31.12.2021	
Partes Relacionadas	Consórcio Alfa de Administração S.A.	Corumbal Participações e Administração Ltda.	Alfa Previdência e Vida S.A.	Metro Tecnologia e Serviços Ltda.
Receitas	1.388	16.213	-	-
Receitas de juros	219	-	-	18.187
Receitas de serviços e comissões	84	11.988	599	2.434
Outras receitas operacionais	1.691	28.201	599	2.434
Totais	1.691	28.201	599	2.434
Despesas	(25)	(231)	(3.555)	(826)
Outras despesas operacionais	(25)	(231)	(3.555)	(826)
Totais	(25)	(231)	(3.555)	(826)

Remuneração do pessoal-chave da Administração: Em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas é fixada a verba máxima para remuneração global dos membros da Diretoria e do Conselho da Administração. Em 2021, foi deliberado em Assembleia, o valor médio mensal da verba máxima para remuneração global de até R\$167,2 (R\$160 em 2020). Em 2021, foi pago a título de remuneração da administração o valor total de R\$1.570 (R\$1.652 em 2020). 1) Benefícios - Conselho de Administração e Diretoria: Em 2021 e 2020 não houve pagamento de benefícios. A Sociedade não concede benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato para o pessoal chave da Administração, excetuado o recolhimento de FGTS sobre os honorários pagos à Diretoria. 2) A Sociedade não concede empréstimos ou adiantamentos para: • Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até 2º grau; • Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; • Pessoas jurídicas que participem com mais de 10% da própria empresa, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau. Dessa forma, não são efetuados pela Sociedade empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares. 3) Participação acionária: Os membros do Conselho de Administração possuem, em conjunto, a seguinte participação acionária na Sociedade em 31 de dezembro de 2021: • Preferenciais: 47,642% e, • Total de ações: 24.217%.

NOTA 29 - OUTROS ASSUNTOS
Desde o dia 11 de março de 2020, foi decretado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) estado de pandemia em razão do Covid-19, que teve origem na China no final de 2019 e se espalhou pelo mundo através de diversas variantes, resultando no aumento significativo nas restrições de viagens nacionais e internacionais, paralisação de diversos negócios e serviços em praticamente todos os países e ordens governamentais de isolamento social para retardar a propagação do vírus, dentre outras restrições, gerando um ambiente de forte volatilidade financeira e aumento das incertezas, além da instabilidade social, econômica e laboral. A pandemia de Covid-19 trouxe grandes desafios e incertezas ao mundo todo, sendo considerada a maior pandemia já vista, segundo a OMS. A crise provocada pela decretação da pandemia pode ser observada a partir do início do mês de março de 2020 gerando alguns impactos negativos sobre a economia brasileira, como (i) maior aversão ao risco, com pressões sobre o câmbio; (ii) maiores dificuldades no comércio exterior; e (iii) aumento das incertezas dos agentes econômicos. Com o intuito de mitigar os impactos dessa crise, governos e bancos centrais do mundo todo vêm intervindo na economia de seus países e têm adotado medidas pouco convencionais em momentos de normalidade, como o fechamento de atividade econômica não essencial, ações de estímulos monetários, como a prática de juro zero, além da expansão fiscal. No Brasil, além das medidas tomadas pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) e Banco Central do Brasil, para dar liquidez ao Sistema Financeiro Nacional, o Poder Executivo e Legislativo buscam aprovar projetos de Lei que minimizem a repercussão da Covid-19, propondo suspensão temporária de tributos (tais como a desoneração do IOF sobre operações de crédito e o diferimento do PIS/COFINS) e concedendo benefícios fiscais aos setores da economia e trabalhadores mais afetados. Não podemos controlar, e nem temos como prever quais medidas ou políticas o governo poderá adotar em resposta à atual, ou à futura situação econômica brasileira, nem como a intervenção ou as políticas governamentais afetarão a economia brasileira e por consequência nossas operações e receitas. Desde o início da pandemia, as atividades do Conglomerado Financeiro Alfa estão com plena capacidade operacional, equipes adequadas e prontas para atender as necessidades dos clientes. Nossas ações têm levado em consideração as orientações do Ministério da Saúde e de todas as demais autoridades federais, estaduais e municipais dos locais em que operamos. Em relação a nossas operações de crédito, a Administração, juntamente com o Comitê de Crédito, segue monitorando a Carteira de Ativos de Crédito diariamente e, até o momento, não foram verificados impactos negativos relevantes devido a renegociações ou inadimplência. Com o avanço da vacinação e a redução dos números de infecções, iniciamos a retomada do trabalho presencial, porém, de forma híbrida. Todos os possíveis impactos relacionados à pandemia continuam sendo monitorados de forma contínua. A Administração do Conglomerado permanece atenta a eventual agravamento da pandemia e de seus efeitos negativos sobre as economias global e local, bem como sobre os negócios e a situação de nossos clientes.

existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido a divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022.

Grant Thornton

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Rafael Dominguez Barros
CT CRC 1SP-208.108/O-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal analisaram e aprovaram, por unanimidade, o Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Paulo Caio Ferraz de Sampaio
Luiz Henrique Coelho da Rocha

São Paulo - SP, 23 de fevereiro de 2022.

Rogério Rey Betti
Nelson Marcelino

